



ACÓRDÃO Nº 1111/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11340/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Esmelidia Rolim de Lima (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** Dicerp
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5212/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo, exercício 2017, de responsabilidade da **Sra. Esmelidia Rolim de Lima**, Diretora-Presidente e Ordenador das Despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II e art. 24 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Esmelidia Rolim de Lima no valor de **R\$ 2.000,00** (Dois mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VII do Regimento Interno do TCE/AM pelas restrições 9 e 13.c do Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 1111/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa da Sra. Esmelidia Rolim de Lima, em caso de não recolhimento da multa no prazo estabelecido, ficando a DERE autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10.4. Recomendar ao Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – Sisprev que:

10.4.1. Adote medidas administrativas mais severas quanto a inadimplência de repassadores das contribuições previdenciárias.

10.4.2. Com o máximo zelo a Lei n. 8.666/93 principalmente no que tange a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.4.3. Evite o pagamento de diárias aos demais diretores nos valores correspondentes à secretários municipais.

10.5. Dar ciência deste Acórdão à **Sra. Esmelidia Rolim de Lima**.

10.6. Arquivar os presentes autos, após o registro e adoção das providências acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral